

ARTIGO

TRÁFICO DE DROGAS, BRIGA DE GANGUES E HOMICÍDIOS EM SÉRIE: A BIOGRAFIA DE UM JOVEM EM CONFLITO COM A LEI

DRUG TRAFFICKING, GANG FIGHTS AND SERIAL HOMICIDES: BIOGRAPHY OF A YOUNG MAN IN CONFLICT WITH THE LAW

LIA MACHADO FIUZA*
CHARLITON JOSÉ DOS SANTOS MACHADO**
JOSÉ ALBIO MOREIRA DE SALES***

RESUMO

O escopo foi biografar um jovem em conflito com a lei envolvido com o tráfico de drogas e homicídios, com vistas a compreender o contexto social e as nuances que motivaram a conduta discrepante às normas legalmente instituídas. Por intermédio da história oral biográfica utilizada como metodologia de pesquisa, investigou-se como transcorre a vida de um jovem traficante, que se envolveu no assassinato de várias pessoas, e se encontrava em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A análise do discurso revelou desrespeito aos direitos humanos, exclusão social, ineficiência do sistema socioeducativo e banalização da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Biografia. Jovem. Tráfico de drogas. Assassinato. Socioeducação.

ABSTRACT

The scope was to write a biography of a young man in conflict with the Law who was involved in drug trafficking and homicides with the aim of comprehending the social context and the nuances which motivated the conduct different from the ones prescribed in legally established laws. Through biographical oral history, used as research methodology, it was investigated how the life of a young drug dealer who was involved in the murder of many people and who found himself doing socio-educational measure of imprisonment. The discourse analysis revealed disrespect of Human Rights, social exclusion, inefficiency of the socio-educational system and banalization of life.

KEYWORDS Biography. Youth. Drug trafficking. Murder. Socio-education.

Introdução

O estudo sob relato objetivou biografar um jovem em conflito com a lei envolvido com o tráfico de drogas e homicídios em série, com vistas a compreender o contexto social e as nuances que motivaram a conduta discrepante às normas legalmente instituídas. Para cobrir o escopo proposto, delineou-se uma problemática central: como transcorre a vida de um jovem traficante que se envolveu no assassinato de várias pessoas? A resposta à inquietação em tela foi desvelada por uma investigação realizada no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que refletiu a história de vida de Guto (nome fictício), jovem infrator que cumpria medida socioeducativa¹ de internação² no Centro Educacional Patativa do Assaré – CEPA, única instituição privativa de liberdade para menores de idade do sexo masculino, na faixa etária de 16 a 17 anos, localizada na cidade de Fortaleza-CE.

A pertinência de biografar Guto consistiu em compreender, com suporte em sua história de vida, os fatores que motivaram uma conduta contraditória às normas socialmente instituídas, ensejando visibilidade à narrativa do protagonista dos atos infracionais³ e consequente problematização do contexto socioeducativo. Na contramão da reprodução de um discurso oficial, o paradigma da contravenção na juventude foi analisado na sua inter-relação com o contexto social. O ensaio contribui com o debate em torno da crescente incidência da infração juvenil⁴ e, apesar de não esgotar a discussão ou poder ser generalizável, permite uma compreensão que possibilita questionar o sistema socioeducativo e as imbricações sociais, econômicas e culturais que perpassam essa temática.

No tocante à infração praticada por jovens, é notório o aumento da visibilidade que, gradativamente, adquire, não apenas dos juristas, mas também da sociedade como um todo, principalmente com o impulso midiático,⁵ pois a contravenção na juventude se apresenta como um

problema crescente no Brasil. Observa-se, inclusive, uma tendência mundial no aumento da violência exercida por menores de idade.⁶ Este fato acarreta preocupação do Poder Público e demais cidadãos obrigados a conviver com esta mazela social, o que sinaliza a importância de pesquisas que lancem luz sobre os jovens infratores e colaborem com a discussão em pauta.

Ancorado no campo teórico da Nova História Cultural, o estudo adota como base a ampliação do seu foco temático, em especial, da chamada “história dos vencidos”, no sentido de configurar o universo histórico-social e, por conseguinte, a localização da vida do jovem em conflito com a lei no cenário de sua atuação sociocultural.⁷ Recupera-se, descreve-se e elabora-se um quadro narrativo com suporte no extenso universo de memórias relatadas por meio da oralidade.⁸

Por intermédio da metodologia da história oral biográfica, situando a fonte oral como centro da pesquisa,⁹ foi possível refletir acerca de acontecimentos e fatos pertinentes que já não se podem mais esconder, subtrair ou relegar aos porões das memórias.¹⁰ Escolheu-se tal percurso metodológico haja vista a necessidade e a possibilidade de se ouvir o sujeito envolvido em seu decurso de infrações e “ressocialização”, captar suas experiências e perceber as especificidades que a contravenção implica na vida do biografado. Visitou-se, assim, uma história presente, viva, por vezes desconhecida, mas não menos importante do que tantas outras veiculadas como história oficial, pois, ao possibilitar que viessem à tona sentimentos, informações e narrações transpondo aqueles divulgados na mídia e nos documentos oficiais, emergiram outras perspectivas e novas percepções, ao tempo que se realizou uma análise mais aprofundada, a fim de situá-lo no contexto estudado.¹¹

Sobre a possibilidade de estudos guiados pelo percurso metodológico da história oral de jovens, Meihy¹² explica que “[...] deve-se ter claro que não são apenas os velhos que detêm o monopólio de contar. Atualmente há importantes trabalhos sobre as narrativas de crianças, adolescentes e jovens”. Mesmo que em números menos expressivos do que pesquisas com velhos, a oralidade com o jovem permite o desvelamento da história da sua vida mediante as próprias lentes, como ser autônomo “no mundo”, em pleno curso de uma trajetória dinâmica interligada por uma realidade sociocultural complexa, capaz de se expressar oralmente e refletir sobre suas ações e condutas. Ensejar ao garoto a narrativa de si tornou possível a tentativa de compreender a possibilidade de o jovem reproduzir as histórias formuladas sobre ele ou não, avaliando se os significados presentes nos discursos oficiais influenciam na autoimagem e como ele percebe a sua trajetória de vida e suas experiências de infrações e interações.

Mediante visitas sistemáticas ao CEPA, instituição *locus* da pesquisa, e conversa informal com diversos internos, selecionou-se Guto pelo fato de o jovem demonstrar: abertura para contribuir com o estudo, confiança nos pesquisadores, boa oralidade e uma vasta experiência no cometimento de atos infracionais. As entrevistas livres – previamente pensadas, arquitetadas e cuidadosamente agendadas – foram cuidadosamente gravadas, transcritas, transcriadas e validadas,¹³ posteriormente, analisadas com a técnica de análise do discurso com fundamento em Foucault.¹⁴

Ao se enfatizar a história de vida do sujeito, seus “núcleos de relações”, priorizando vivências significativas na percepção do informante e da compreensão que se teve, foi-se tecendo, neste ensaio, concomitantemente à narrativa, a análise do discurso¹⁵ nos relatos, bem como das situações de vida que ensejaram discussão crítica. A análise permitiu uma leitura dialética entre o indivíduo e o contexto

social que o circunda, salientando as congruências e divergências que permeiam o caminhar do jovem infrator no desenrolar da vida social.¹⁶

Ao recorrer à memória de Guto, nas suas dimensões de tempo individual e coletivo, respectivamente, referentes à vida privada e social, foi possível emergir lembranças, recordações e esquecimentos que compuseram o substrato desta pesquisa.¹⁷ Considerou-se, no entanto, a inevitável subjetividade na narrativa e análise decorrente dos filtros socioculturais do pesquisado e pesquisadores, mas, ainda que sem intenção de buscar verdades inquestionáveis, procurou-se depurar os relatos o mais fielmente possível. Desse modo, a premissa de que o jovem poderia ser fantasioso em demasia ou esconder informações-chave foi considerada, com efeito, a confrontação da fonte oral - entrevistas - com a documental - prontuários, processos judiciais e reportagens jornalísticas - possibilitou perceber que Guto não objetivou esconder ou distorcer informações, ao contrário, narrava detalhes e minúcias que confirmava o descrito nas fontes documentais.¹⁸

Sem considerar Guto uma vítima do contexto social, ou inculpá-lo indiscriminadamente, a reflexão proposta advoga a tese de que o aprisionamento repressivo nos moldes socioeducativos desenvolvidos em Fortaleza impossibilita o alcance da autonomia e, por conseguinte, a recuperação social desses jovens, bem como que investir intervindo nos fatores predisponentes ao ingresso na prática dos atos infracionais deve ser objetivo das ações decorrentes de políticas públicas voltadas para o combate ao conflito com a lei na juventude.

Reflexão inicial à biografia de um traficante e assassino em série

Apesar de os construtos psicopata, louco, bicho, monstro, cão, diabo e peste terem sido algumas das nomenclaturas utilizadas pelos interlocutores, que tiveram contato com esta pesquisa, ao se referir ao sujeito deste estudo, torna-se oportuno adentrar a história de vida do

Guto, que não nasceu traficante ou assassino, para compreender sentimentos, situações, contextos e demais nuances que o conduziram à escolha de roubar, comercializar drogas e matar diversas pessoas.

Na contramão de reforçar o estigma de delinquente, bandido ou marginal, associado ao jovem que burla a lei,¹⁹ busca-se perceber, entretanto, que a realidade social não se caracteriza como um arcabouço de dados objetivos, ou ações isoladas, que podem ser julgadas como boas ou más²⁰. Os valores com os quais se classificam os acontecimentos e pessoas são constituídos socialmente em uma dialética e dinâmica que envolvem o contexto social, político e econômico, a cultura e a forma de comunicação entre os integrantes da sociedade, desde o lugar de cada um numa dada sociedade.²¹

Deleuze e Guattari²² defendem a importância da quebra de paradigmas quando relatam:

O pintor não pinta sobre uma tela virgem, nem o escritor escreve sobre uma página branca, mas a página ou a tela estão já de tal maneira cobertas de clichês preexistentes, preestabelecidos, que é preciso de início apagar, limpar, laminar, mesmo estraçalhar para fazer passar uma corrente de ar, saída do caos, que nos traga a visão.

Para empreender esta biografia, buscou-se destituir-se, na medida do possível, de quaisquer conceitos prévios que pudessem prejudicar o jovem autor de vários assassinatos. Ao contrário, tornou-se imperioso problematizar preconceitos, percebendo os fatores que perpassam a formação de tais estigmas, para possibilitar análise mais crítica e criteriosa. Com efeito, para compreender a gênese da infração juvenil na contemporaneidade, especialmente ao homicídio em série, fez-se necessário “desabsolutizar” paradigmas naturalmente difundidos e paulatinamente incorporados pelas pessoas no convívio social, revendo conceitos mediante reflexão sistemática.

Salienta-se que se optou por utilizar a categoria juventude, pois se acredita que esta categoria é conceitualmente mais imprecisa na medida

em que abarca contextos e situações de vida variadas e com poucos elementos em comum.²³ Já o construto adolescência, por vezes, é percebido homogeneizado, como fenômeno naturalizado, uma fase conflituosa inevitável pela qual todos os jovens deverão passar.²⁴ A escolha foi uma tentativa de levar em consideração tanto a dimensão simbólica quanto os aspectos fáticos, materiais, históricos e políticos, nos quais a produção social da juventude se desenvolve.²⁵

Ante a premissa de que a história não é estática, linear ou voltada para um progresso inevitável,²⁶ importa inferir que compreender a vida de Guto exige, além uma análise individual, uma reflexão holística que abrange a coletividade em seu contexto multifacetado, dinâmico e cíclico. Nessa lógica, desenvolveu-se uma narrativa cronológica, visando, unicamente a, facilitar a interpretação leitora, o que não desconsidera os avanços e retrocessos na trajetória de Guto.

Memórias da infância

Guto nasceu na cidade de Fortaleza-CE, no dia 27 de fevereiro de 1996. É filho de Rejane e pai desconhecido. Ele passou sua primeira infância morando em uma casa muito simples cujo aluguel sua avó Maria Eunice ajudava a pagar. A mãe, solteira, não contou com ajuda financeira do pai da criança e o dinheiro que ganhava era insuficiente para satisfazer, mesmo que de forma inadequada, as necessidades básicas de moradia e alimentação.

Logo após seu nascimento, todavia, a genitora se envolveu amorosamente com outro homem, Marcos, que viria a ser seu padrasto e, consecutivamente, sua referência de pai, pois, como disse Guto, “meu pai eu nunca vi não, não sei quem é não, só lembro do Marcos.” Desempregados, o casal retirava o sustento da família com o trabalho informal. Marcos fazia soldas e Rejane lavava roupas. Guto também contribuía com o orçamento desde pequenino, catando material

reciclável, em especial, latinhas. Somando-se a situação de pobreza, a mãe de Guto ainda teve mais quatro filhos, o que tornou a família relativamente numerosa e mais dispendiosa, com sete componentes.

A relação familiar de Guto parecia ser boa. Ele expressou gostar do padrasto e dos irmãos. E para com sua mãe nutria um sentimento muito especial: “eu não quero que minha mãezinha sofra, ela é tudo que eu tenho”. A boa relação familiar e as condutas afirmativas da genitora e do padrasto concorreram para a assimilação de comportamentos congruentes com as normas sociais aceitas como positivas, mas não foram determinantes. Ao tempo que os responsáveis estimulam, de certa maneira, uma vida sem infrações, seu entorno sociocultural, a comunidade na qual estava inserido percebia e convivia com a ilegalidade como algo corriqueiro, relativamente “comum”. Sobre a importância do convívio social salutar, noutra obra, se lecionava:

Por intermédio do convívio social, os pequeninos vão gradativamente adentrando o mundo adulto, percebendo o papel que as pessoas desempenham e compreendendo como ocorrem as relações com seus pares. A família, a escola, a rede social, a mídia, dentre outros aspectos constituintes da vida em sociedade, em que o indivíduo está inserido na contemporaneidade, vão influenciando comportamentos, direcionando ações e concepções. O contexto sociocultural interfere diretamente na internalização de regras de conduta social, bem como de preconceitos ideologicamente repassados, consciente ou inconscientemente.²⁷

Ao tempo em que sua mãe o orientava para a dedicação nos estudos e o trabalho honesto, com o seu exemplo no árduo labor, os traficantes incentivavam a atuação no comércio de drogas e exprimiam uma vida mais leve, farta e alegre. Havia um iminente conflito entre as orientações maternas e aquelas observadas no seio da comunidade de entorno. Quando afetada a estabilidade de Guto, houve uma vivência de condições e limites diferentes que dificultaram a compreensão acerca de algumas

condutas que podem ser aceitas em determinados ambientes e condenadas em outro.²⁸

Segundo estudo sobre a adversidade familiar e problemas comportamentais entre adolescentes infratores e não infratores, a maioria dos jovens que agiam de maneira antissocial era desprovida de rede de apoio, como uma família formadora e continente, recursos sociais e emocionais.²⁹ Esse postulado foi validado neste estudo. Isto porque, apesar de alguns jovens inseridos em ambientes adversos conseguirem superar essas adversidades, não se pode descartar a possibilidade da influência negativa causada por esse entorno, principalmente se o sujeito for uma pessoa mais vulnerável.³⁰ Importa salientar o fato de que Guto é o filho mais velho de Rejane, com 17 anos, e possui quatro irmãos, dos quais, apenas Guto optou por praticar atos infracionais.

Relembrando sua infância, Guto assinala que estudava em uma creche no bairro onde morava, Jardim Iracema, por um período de um turno, e no outro transcorria seu tempo brincando nas redondezas de sua casa, em especial de futebol. Por volta dos oito anos, sua mãe se mudou de endereço, para o bairro Barra do Ceará, e o transferiu para um colégio mais próximo de sua residência, no entanto, Guto não chegou a frequentá-lo por um ano completo, abandonando os estudos por opção e não houve intervenção enfática contrária a sua decisão.

Minayo e Souza,³¹ em pesquisa realizada no Município de São Paulo, com 934 adolescentes autores de atos infracionais, concluíram que a metade não estava frequentando a escola, fato que não pode ser considerado determinante, mas é fator considerado predispor a infração,³² principalmente, se for considerado o entorno sociocultural de Guto.

Pacheco e Hutz³³ investigaram variáveis individuais e familiares preditoras do comportamento antissocial. Nesse estudo, apontaram que

essa conduta é determinada por fatores individuais, familiares e contextuais. Mostraram também que o acompanhamento e o monitoramento escolar e parental na infância e juventude com intervenções eficientes minimizam o comportamento indesejado. Também sugerem políticas de educação, assistência social e prevenção que centrem foco nas famílias, em especial nas vulneráveis, e em todo contexto social em que o jovem se insere, visando a reduzir situações de exclusão.³⁴

Configura-se necessário perceber, entretanto, que a realidade social não se caracteriza como um arcabouço de dados objetivos, ou ações isoladas, que podem ser julgadas como boas ou más. Os valores com os quais se classificam os acontecimentos e pessoas são constituídos socialmente em uma dialética e dinâmica que envolvem o contexto social, político e econômico, a cultura e a forma de comunicação entre os integrantes da sociedade.³⁵ Logo, associar a imagem de crianças e jovens ociosos, que perambulavam pelas ruas, à imagem instantânea de delinquentes configura-se uma generalização indevida. Assim sendo, o abandono dos estudos com nove anos não pode ser concebido como causa do comportamento transgressor de Guto, mas é imperioso considerá-lo como outro fator que concorreu para o ingresso na prática de atos infracionais, já que passou a desfrutar de mais tempo ocioso sob influência dos traficantes do bairro. Loriga³⁶ postula a ideia de que a socialização não tem apenas o efeito de homogeneização, mas se constitui, também, diferenciação, porque os sujeitos se distinguem um dos outros ao interiorizarem as normas sociais e as regras institucionais.

Com 11 anos, Guto foi assediado para ganhar dinheiro fazendo entrega de drogas e aceitou, mudando o curso de sua vida. Salienta-se, contudo, que mesmo diante de situações extremas, há certa autonomia nas escolhas efetuadas, e Guto optou por aceitar participar do tráfico.

Depois de aproximadamente dois anos atuando como “aviãozinho”,³⁷ seu “patrão”, satisfeito com seu “trabalho”, efetivou o vínculo de confiança mediante a compra de uma residência particular para a mãe de Guto. Ele explica:

Quando eu era criança eu só pensava em jogar futebol, aí eu fui crescendo, vendo a humilhação e ficando com a mente fraca. A minha vida, rapaz, no começo, foi porque minha mãezinha passava dificuldade e eu catava até latinha. Aí eu comecei a crescer revoltado mesmo. Meu irmão passava a humilhação de não ter nada pra comer lá em casa. E aí, vendo isso aí, eu cresci revoltado mesmo. Eu não queria nem ter começado isso não, mas aí minha mãe não tinha dinheiro não. Aí com uns 11 anos eu já estava envolvido já, com droga já. Comecei vendendo droga. Eu comecei como aviãozinho, aí começou mais porque o que me ajudava, que está lá fora, deu uma casa pra minha mãe.³⁸

De acordo com Diógenes,³⁹ a condição de pobreza e o sentimento de exclusão constituem experiências dolorosas que atuam como antirreferentes. Certeau⁴⁰ acrescenta que a pressão dos modelos culturais, no entanto, não exclui o espaço próprio da percepção da pessoa, ou seja, sempre há uma brecha entre as regras instituídas e o vivido, as normas e as condutas; os antirreferentes influenciam, mas não anulam a autonomia e a capacidade decisória do jovem, que nesse espaço efetiva as reformulações, desvios, internalizações, resistências. A pessoa vai unir o seu saber cotidiano, fruto de experiências vivenciadas intensamente, a uma compreensão da vida e do mundo que transcende as determinações imediatas.⁴¹

Guto, apesar do assédio em terna idade, fez uma opção. Sabia que a venda de drogas era proibida, mas quis ingressar nessa atividade porque, na sua imaturidade, considerava essa prática vantajosa se comparada à de catar latinhas. Apesar do agrado com a compra da casa, todavia, a mãe de Guto não apoiava sua atuação como traficante, mas, diante dos benefícios, não o estimulava com ênfase para prosseguir nos estudos e se afastar do tráfico.

Schoemaker⁴² estabeleceu três níveis de contextualização, visando a facilitar a compreensão acerca da apreensão de valores e normas sociais: 1. estrutural, referente às condições sociais; 2. sociopsicológico, que diz respeito ao controle social da família, escola e rede social; 3. individual, envolvendo aspectos psicológicos e biológicos. No âmbito da contextualização estrutural, configura-se importante relatar que a desigualdade econômica e social vivenciada por Guto prejudicava o seu salutar desenvolvimento, pois vivia em situações precárias e subumanas de moradia, alimentação, lazer, saúde, dentre outros, e ainda era vítima de estigmas e preconceitos por ser residente de favela que abrigava “criminosos”. Tais fatores o situam à margem da sociedade e distante do acesso aos bens de consumo e serviço mínimos para obtenção de qualidade de vida e dignidade social para lutar por um futuro promissor.⁴³ Em relação ao nível sociopsicológico, importa perceber a fragilidade com que Rejane impunha limites, pois permitiu que seu filho parasse de estudar com apenas nove anos e não o repreendia com firmeza diante das condutas indesejadas, relativizando orientações e dificultando a assimilação dos primeiros conhecimentos, conceitos e comportamentos que, paulatinamente, iriam ser problematizados e incorporados na juventude. No tocante ao nível individual, ao considerar as características biológicas, que podem ser fruto de herança genética ou alterações psicológicas, observou-se que Guto internalizou experiências multifacetadas e distintas ao longo da vida que permitiram um comportamento contrário as normas legais, não sinalizando distúrbio biológico.

Com a fragilização da educação familiar e a falta de orientação da escola, igreja, associações, dentre outras instituições afirmativas,⁴⁴ o referencial ficava basicamente a cargo da comunidade local, esta última caracterizada pelo envolvimento naturalizado com o tráfico, briga de gangues e homicídios. Torna-se essencial, nessa situação, fortalecer

relações entre os integrantes familiares que dão suporte, orientação, carinho e afeto ao jovem,⁴⁵ porém, com Guto ocorreu o contrário – Rejane e Marcos se distanciavam do garoto cada dia mais.

Chartier⁴⁶ leciona que “a imposição de disciplinas imediatas, a insinuação de novas submissões, a definição de novas regras de conduta sempre devem ceder ou negociar com as representações arrarigadas e as tradições partilhadas”. Guto vivenciou um conflito entre seguir a orientação materna ou se submeter às novas regras de conduta exigidas pelo “trabalho” no tráfico e, na contramão da lei, foi absorvido pela gangue da comunidade, passando a agir em sintonia com a direção indicada por esta.

A gangue constitui um grupo de jovens que se unem para a prática de atos infracionais. Consoante Diógenes,⁴⁷ “eles são movidos pela necessidade de consolidar no grupo a ideia de pertencimento, as turmas de jovens “organizam-se” com o objetivo de deixar marcas territoriais.” Articulados mediante princípios e códigos de convivência elaborados pelo e para o grupo, agem com força e coragem na prática do delito e, para se tornarem notados, dentro da mesma fenomenologia, elaboram discursos e práticas homogeneizantes. A identificação de Guto era com uma gangue denominada “Gueto”, mas nas redondezas havia outras gangues: Barra, Morro Santiago, Iracema, Riacho Doce, Polo. As sete gangues citadas são situadas no bairro da Barra do Ceará, e, apesar de próximas, possuíam o domínio de um território⁴⁸ específico e eram desunidas por disputarem o poder do tráfico.

A independência financeira no fomento à autonomia

O “trabalho” no tráfico ensejava remuneração. Com o dinheiro, Guto pagava suas contas, ficou mais independente da família e passou a dormir fora de casa repetidas vezes: “dormia na casa dos meus amigos lá”

(GUTO). Em menos de dois anos atuando no tráfico, com 13 anos, já possuía dinheiro suficiente para custear suas despesas com alimentação, lazer, vestuário, dentre outros gastos pessoais; e ainda ajudava sua mãe: “Eu já tenho um carro, uma moto, e a casa que eu tenho é minha, eu paguei o meu patrão, e ainda tem a da minha mãe por lá.”

Trabalhando no comércio de drogas desde os 11 anos, Guto foi desenvolvendo um sentimento de pertença com seu grupo, constituído por parceiros que se utilizavam da mesma “profissão” para ganhar dinheiro. Na gangue, uns defendiam os outros ao tempo que se ajudavam: “Aqui é uma família, tá entendendo, todo mundo junto. Se fizer alguma coisa com um, é o mesmo que fizer com outro.”⁴⁹

Mesmo vivendo na condição de traficante há mais de seis anos, dos 11 aos 17, Guto garantiu que praticou somente dois roubos. O primeiro foi de um carro, que Guto deixava na sua rua para quando ele ou algum parceiro precisava: “o carro roubado tá lá é pra mim andar. Ou eu ando sem placa ou eu colocava um durex mudando o número da placa, daqueles preto sabe? O carro tá por lá, pelas áreas, é de todo mundo lá.”⁵⁰ O segundo roubo foi a uma empresa chamada “Nacional Gás”, mas este não saiu como o esperado e Guto foi pego pela polícia, como explica: “nós tiramos da Nacional Gás vinte e poucos mil e duas pistolas. Rendemos os seguranças e pegamos o dinheiro, mas fomos preso na hora, aí eu fui pro São Miguel. Aí eu peguei 45 de provisória e sai”.

Ao sair da internação provisória, Guto recebeu a medida socioeducativa de Liberdade Assistida Comunitária que consiste no acompanhamento, auxílio e orientação ao jovem em liberdade, visando a promover sua inclusão social e familiar mediante elaboração de um novo projeto de vida orientado por um técnico designado oficialmente pelo magistrado.⁵¹ No caso de Guto, não houve vigília, tampouco orientação alguma. Rejane, cada dia mais afastada do filho, continuou

sem interferir nas suas condutas e este não compareceu às visitas mensais a serem realizadas com o técnico responsável por acompanhar o cumprimento da medida socioeducativa.

Guto voltou da internação provisória como se nada houvesse ocorrido. Regressou à residência e à vida no tráfico. Afirmava apenas não querer mais roubar e explicitou as razões pelas quais considerava o tráfico mais vantajoso do que o roubo: “Em um mês, eu tiro cinco mil. Quem rouba tira mais, mas não tem mais dinheiro do que o cara da droga, porque o roubo é só uma vez, e a pessoa que vende droga é todo dia”.

Também acrescenta que é muito mais fácil ser apreendido pela polícia praticando o roubo. Já no tráfico existe uma conjuntura organizada para proteger os traficantes que não se aplica aos ladrões pelo fato de estes últimos terem que sair do seu território para praticar o ato infracional: “Nas minha área é assim: quando o policial me pega, eu dou 300, dou 400. [...] A vantagem é que eles param de ir lá, e a gente fica vendendo sem eles embaçar. Os policiais que eu falo são os do FTA, da força tática”.

Nesse trecho Guto esclarece como a polícia rebebeu o suborno para ignorar o comércio ilegal realizado no tráfico. Ele informa que semanalmente paga 500 reais aos policiais responsáveis pela fiscalização do bairro onde mora, e, além disso, ainda mais 300 ou 400 reais quando é pego em flagrante, no entorno do seu bairro, traficando. Na maioria dos casos, é o comprador quem vai buscar a droga no território da quadrilha e não o contrário, o que confere maior segurança para os traficantes.

Segundo Guto, os policiais corruptos preferem lucrar com o tráfico a colocar a vida em risco para combatê-lo, e essa opção é por demais rentável, porque o procedimento narrado por Guto é adotado para todos os pontos de venda de droga do bairro. De acordo com Guto, são

sete gangues comercializando e o montante arrecadado pelos policiais é aproximadamente 12 mil por mês. Salienta-se, entretanto, que essas informações não foram checadas e que o intuito da pesquisa não foi debater acerca da possível corrupção policial, mas houve a opção em não excluir esse relato do ensaio porque ele interfere sobremaneira nas justificativas de Guto acerca das suas escolhas. Cano, contudo, leciona:

O cenário atual mostra o fracasso das políticas tradicionais de controle do crime e da violência que, em geral, são reativas, militarizadas e baseadas na repressão. Muitas deficiências podem ser apontadas nesse modelo tradicional: falta de planejamento e de investimentos, formação deficiente, herança autoritária, abusos dos direitos humanos, corrupção institucional etc.⁵²

Guto afirmava presenciar, constantemente, além da contravenção policial, brigas entre gangues rivais disputando o poder sobre o território, a fim de controlar o tráfico da região. E percebia que tudo era permitido para assegurar o domínio do território entre gangues rivais. Já aos membros integrantes da gangue do Gueto a confiança se constituía o pilar de sustentação. As relações de reciprocidade do grupo se estreitavam à medida que se respeitavam e provavam que podiam confiar uns nos outros. A palavra valia mais do que qualquer documento.

Relatos dos homicídios cometidos por Guto até sua internação

Quando o respeito ao colega era violado, ou o território da gangue era invadido, não havia aviso ou repreensão. A morte era a maneira ordinariamente utilizada como punição àquele que desrespeitasse as regras instituídas costumeiramente pelo grupo, e que de tão largamente utilizada pela gangue do Gueto, aos olhos de Guto, não causava maiores conflitos.

Foi justamente por conta de uma atitude considerada desrespeitosa que Guto cometeu seu primeiro assassinato. Ele narra:

A primeira pessoa que eu matei foi um cara aí, porque minha mãe tava lá, né? E ele passou de moto rápido, ele tava fugindo da polícia. Ele era bem dizer comigo também (da mesma gangue). Aí minha mãe caiu. Aí eu fiquei indignado e fui falar com ele [...]. Aí ele fez foi me esculhambar (xingar). Aí eu falei só com o meu patrão lá e matei ele. Eu só fui falar com o meu patrão porque ele era da mesma área lá. Porque se for inimigo, não precisa falar não.

Na citação, pode-se observar não apenas a regra do respeito entre membros da mesma gangue, mas também que o ato de matar uma pessoa não gera grande impacto negativo ao assassino, algo banal, que, de tão comum, não assusta ou amedronta. Ao contrário, é uma maneira de se impor perante o grupo e adquirir mais respeito e consideração dos colegas. Assim sendo, havia, inclusive, o hábito de se vangloriar pelo destemor de matar a primeira vítima, uma espécie de batismo para ocupar lugares de mais prestígio no grupo.

Meses depois ocorreu de quatro membros de uma gangue rival “invadir” o território do Gueto, ato relativamente corriqueiro não fosse o fato de ter sido assassinado um amigo muito querido de Guto, aquele a quem ele fez referência ao mencionar a maior tristeza pela qual já passou em sua vida: “A coisa mais triste que já aconteceu na minha vida foi a morte do meu parceiro, que era quase meu irmão [...]”. Na ocasião, Guto chegou imediatamente após a troca de tiros, surpreendido com a imagem de seu patrão e amigo baleados, diante dos inimigos, revidou intempestivamente atirando, mas eles fugiram no automóvel que os conduziam. Esse episódio Guto considera muito importante na sua trajetória e narra com detalhes:

Aí eu fiquei mais zangado foi quando pegaram um menino que andava mais eu lá e mataram ele lá. Mataram ele e meu patrão ficou baleado e eu cheguei mesmo na hora. Chegou um carro prata e atirou no meu patrão. Aí eu não tava lá na hora, porque tinha saído pra comprar um negócio lá. Aí quando eu cheguei, atirei neles também. O meu patrão foi baleado e escapou, o meu colega morreu. Aí depois nós fomos atrás

deles nas áreas deles mesmo. Mas esse amigo não foi o primeiro não, já tinham matado uns sete.

Em situações semelhantes já haviam morrido vários colegas de Guto, assim como outros jovens das demais gangues, mas ele não revidava ou alimentava sentimento de vingança. Tentava não se envolver na disputa pelo poder e controle do tráfico, permanecendo somente como vendedor. Depois da morte de seu amigo mais próximo e querido, Guto ingressou na briga entre gangues e, valorizado pela gratidão do patrão, passou a querer integrar todas as ações da gangue do Gueto contra suas rivais, mais claramente, resolveu colaborar com os colegas de gangue, objetivando eliminar seus adversários.

De acordo com o jovem, ele nem conseguia lembrar de todas as vítimas assassinadas e, inclusive, havia pessoas que ele matou “por foto”, ou seja, sem saber de quem se tratavam, por vezes até o nome ele desconhecia: “por nome, não dá pra lembrar de todos não, foram muitos.”⁵³ As narrativas eram sempre frias. Não havia qualquer demonstração de receio ou arrependimento. Ao ser questionado com relação ao que sentia ao tirar a vida de uma pessoa Guto responde: “não sinto nada, nem penso nisso, fico só na minha mesmo, porque se for pensar na família do elemento o cara não faz é nada”. Guto abstraía a reflexão sobre as consequências de seus atos, ou seja, ele não conseguia visualizar com clareza as consequências das suas ações ilegais. Ao contrário, estabeleceu uma visão utilitarista das leis, sob a qual obedecer a regras era preciso porque lhes era imposto ou para evitar punições.⁵⁴

Ao ser inquirido sobre a possibilidade de se sentir bem com a eliminação de um inimigo, ele acrescenta: “Não teve nenhum que eu fiz e me deu felicidade. Eu faço o serviço e fico só na minha. Mas, quando é um gaiato demais, aí o cara fica na onda (curtindo)”. Cometer um homicídio parecia uma atitude corriqueira, de tal modo que não

fazia emergir sentimentos latentes, era a vida banalizada de tal maneira que se a vítima fosse alguém muito importuno, na sua concepção, Guto se sentia bem, ou seja, curti o desfecho. Não havia momento para avaliar as consequências de seus atos.

A quantidade de vítimas fatais com sua participação, mais de 20, impressionou tanto que, no primeiro momento, parecia mentira, afinal, assassinar mais de 20 pessoas em um período de aproximadamente um ano seria um exagero. Baker,⁵⁵ contudo, acrescenta que a realidade não é uma referência objetiva externa ao discurso, ao contrário, é constituída na e pela linguagem. Dessa maneira, os interesses e elaborações sociais não configuram realidade preexistente estática, mas o resultado de uma formulação simbólica e linguística de modo que toda prática se situa na ordem do discurso.

E o discurso de Guto, analisado depois de escutá-lo em seus diversos relatos, com a riqueza dos detalhes e o testemunho de alguns moradores do bairro, permite a convicção de que Guto é um frio assassino em série, independentemente do número exato de vítimas, o que não se configurava o mais importante. O intuito da pesquisa nunca foi apurar verdades, elaborar um discurso inquestionável, afinal, a epistemologia da verdade que rege a operação historiográfica e o regime da crença que governa a fidelidade da memória são irreduzíveis, e nenhuma prioridade, nem superioridade, pode ser dada a uma a custa da outra⁵⁶. Interessa acrescentar, porém, dois relatos que corroboram as afirmações de Guto: “Eu moro na Barra, essa semana morreram mais dois por lá, todo mês morre gente, eles ficam se matando por causa de briga de gangue.”;⁵⁷ “eu perdi as contas de quantos casos de morte teve por aquelas áreas, lá é muito perigoso, eles se matam por nada, e é porque eles não querem morte no território deles não, que vêm polícia, eles querem é pegar fora das áreas.”⁵⁸

Impressiona também o fato de o jovem ter cometido diversos homicídios e não ter sido apanhado pela polícia antes, escondido em seu território, longe dos olhares da polícia, ele continuava sua vida normalmente, vendendo drogas, conversando com os amigos, jogando futebol e saindo para as festas noturnas. Acentua, entretanto, que nem sempre se “deu bem” e conta uma de suas ações que não saiu como o esperado, em uma operação para matar rivais: “Eu lembro como foi os tiros que eu levei. Eu tava armado e encapuzado. Aí na hora que o que tava mais eu atirou de longe neles, aí eles foram atirando em mim já. O primeiro pegou aqui (no antebraço), e depois aqui (no braço)”.

Guto informa que essa operação não “deu certo” porque, além dos dois alvos não terem morrido, ela ainda saiu baleado. Mostra a marca dos cinco tiros no corpo – no braço, na axila, no pescoço, acima do peito e no antebraço – e ressalta que dois ainda guardam a bala alojada: o do peito e do braço.

Ao descrever, porém, seu percurso até a internação no CEPA, relata aqueles que considerou mais significativos, e ele continua a narração acerca de seus atos infracionais com este caso:

O Eduardo da barra estava pagando não sei quanto aí pra me matar. Aí a mulher que morreu e estava com ele me chamou pra ir pra lá. Só que ela estava me levando pro cheiro do queijo (emboscada). [...] Aí nos matamos ela, o elemento lá, que era marido dela, ficaram baleados. Esse caso foi um dia desses aí.

Guto a cada dia fazia mais inimigos e, consecutivamente, aumentava o número de pessoas que o queria ver morto. Ante a informação de alguns conhecidos, Guto ficou sabendo que estavam armando uma emboscada para ele, atraindo-o para um falso encontro com uma garota no intuito de matá-lo. Guto se adiantou e, juntamente com alguns comparsas de sua gangue, eliminou o casal que planejava matá-lo. Esse caso foi muito comentado na cidade de Fortaleza, “o casal que fora assassinado na Praia de Iracema”, e até os dias atuais não se

sabe o autor dos disparos e o motivo do crime não passa de suposição. Em matéria do jornal *O Povo*, no dia 04 de junho de 2012, a narrativa se encontra da seguinte maneira: “Um casal de jovens foi assassinado a tiros em uma parada de ônibus, na avenida Almirante Barroso, na Praia de Iracema, no último domingo,3”.⁵⁹

Dias depois Guto disse ter se envolvido em outro assassinato. Dessa vez “o acerto de contas” foi justificado por causa do assassinato de dois jovens de seu bairro que estavam em uma casa de praia. De acordo com Guto, eles não possuíam ligação com o tráfico, mas foram executados indevidamente, confundidos com membros de gangue, o que causou muita comoção na sua comunidade e impulsionou o assassinato de outros três em vingança.

Nessa dinâmica, ao tempo em que matava inimigos, vários dos parceiros de Guto também eram mortos, originando um ciclo de assassinatos em série que extermina inúmeros jovens e aumenta o índice de violência e homicídios em Fortaleza. Guto relembra alguns jovens vitimados com os quais possuía maior afinidade:

Nós pegamos uns vinte e quatro dos que são contra nós. E eles também pegaram um bocado. Não dá nem pra contar [...] Eu lembro o nome de uns e outros que era das minhas áreas e eu gostava, e eles mataram: Diego, Junior, Dedé, Ricardo, Anderson, Erick, Luan, Davi, Arialdo [...].

No Ceará foi desenvolvido o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – por bairro (IDHM-B), que privilegia três indicadores: média de anos de estudo do chefe de família, taxa de alfabetização e renda média do chefe de família, em salários-mínimos. A Barra do Ceará, bairro de residência de Guto, ficou com índice médio abaixo de 0,5, o que indica precário desenvolvimento se considerada a nota ideal de 1,0.⁶⁰ Esse bairro, com 81.104 habitantes, destaca-se em relação aos demais, pelo fato de registrar o maior número de relações conflituosas, furtos, roubos, mortes

violentas como os homicídios e lesão corporal, concentrando 20,1% das ocorrências da Regional. O IPECE⁶¹ publica informe que identifica na Barra do Ceará uma das maiores taxas de homicídios por cem mil habitantes, se comparado com outros bairros de Fortaleza, apresentando a frequência 70/100.000.

Guto continua sua narração contando uma atuação dos inimigos dentro de seu território, mais precisamente na sua casa:

Ele entrou na casa que eu morava, na frente de todo mundo, aí [...] puxou a arma e deu um tiro nele (no comparsa). E o outro amigo dele ficou trocando tiro com nós lá. [...] Todo mundo ficou revoltado com isso aí. Aí nós fizemos um trato. Quando nós pegasse íamos matar e queimar ele. Aí ele apareceu por lá um tempo depois. Peguei ele, eu e meu parceiro, matamos ele de bala.

Antes de queimá-lo, porém, logo após sua morte, Guto recebe a notícia de que assassinaram outro amigo seu. Diante do novo fato, ele abandona o corpo para sair à procura de vingar seu colega que acabara de morrer. Seus parceiros, cientes do acordo, cumpriram suas palavras ao realizar a queima do cadáver.

O jornal CNEWS publica o fato no dia 24 de fevereiro de 2012:

Grupo invade velório e queima defunto na Barra do Ceará.
Um grupo de 4 homens invadiu um velório realizado na Barra do Ceará no último sábado (23) e queimou o corpo que estava sendo velado. Segundo informações, o velório era de um homem conhecido por Jojó, que foi morto na última sexta-feira (22), após ser atingido com 15 tiros de pistola.⁶²

Guto finaliza sua narração acerca do percurso até chegar à internação no CEPA, relatando seu último assassinato:

Agora, esse último caso que eu fui preso, foi no carnaval que eu inventei de ir pra Pacoti. Disseram que lá era tranquilo. Até família vai. Quando eu estava lá, onde o meu amigo mora, apareceu um

inimigo. Aí eu fui atrás dele pra não morrer. Estou aqui, respondendo por crime de assassinato.

A “ressocialização” no CEPA ante os relatos infracionais: discussão do contexto.

Guto passava praticamente todo o dia trancado com mais três internos em um dormitório apertado, principalmente, pelo fato de ter sido projetado para apenas duas pessoas. Em decorrência da superlotação, a instituição projetada para 60 jovens abrigava 170 internos, o que impulsionava a precarização dos serviços de Enfermagem, atendimento educacional, psicológico, socioassistencial e jurídico, na maioria dos casos, realizados apenas com a finalidade de elaborar a avaliação semestral obrigatória para envio ao juiz. O jovem não participava de oficina profissionalizante ou qualquer outra atividade socioeducativa, apenas saía da “cela” para alimentar-se, receber poucas visitas, no horário de lazer e para frequentar a sala de aula. Esta última com apenas duas horas de duração diária estava com atividades suspensas por causa da última rebelião.

Guto expressava a falta de confiança nos colegas internados bem como nos instrutores e demais funcionários da instituição. Ele sabia que tudo o que fazia e falava no interior da instituição privativa de liberdade era observado. Todas as condutas realizadas interferiam diretamente na elaboração do relatório semestral que seria encaminhado ao juiz para reavaliação do tempo de internação. Situação similar ao caso do panóptico, comentado por Foucault⁶³; destarte, Guto não comenta sobre sua vida com ninguém no CEPA, apenas com os pesquisadores.

Observou-se que, lentamente, o castigo ia se tornando cada vez mais sublime, e o lema “vigiar e punir” vai sendo imortalizado nas ações de disciplina e de segurança que se abatem ao corpo e à alma dos indivíduos por intermédio das punições veladas.⁶⁴ Fez-se necessário, no entanto, instigar um olhar analítico que procura interpretar os fatos e

superar a atitude ingênua, que acredita na justa pena e na reabilitação de jovens privados de liberdade, tão difundida pelo Estado; cooperando, assim, para a quebra de paradigmas, revelando equívocos, fracassos e formas de opressão, que longe da verdadeira “ressocialização” postulada, na qual o indivíduo volta a internalizar normas pautadas nos valores perdidos, castiga almas a altos custos financeiros e não resolve nem minimiza a violência.

Ao ser questionado sobre o sentido de estar internado, ou seja, em que a medida socioeducativa contribui na sua educação, Guto relata: “Rapaz, o tempo que a gente passa aqui, é mesmo que nada. Deixa a pessoa mais com raiva. O cara trancado 24 horas, [...] não serve pra nada aqui.” Guto não consegue perceber sentido educativo na internação. Ao contrário, apenas identifica o aspecto punitivo. Essa constatação também foi encontrada em estudo preliminar realizado com um grupo de jovens internos no CEPA no ano de 2011, quando eles afirmavam que a internação servia apenas para perder tempo e prejudicar a vida do jovem, que, ao sair, estava mais estigmatizado pela comunidade e com maiores dificuldades para conseguir trabalho.⁶⁵

Tais jovens passam por privações penosas dentro desses espaços de internação, que vão desde falta de estrutura adequada desses lugares à superlotação, à insuficiência de técnicos para os atendimentos necessários, ao despreparo dos instrutores educacionais para com o tratamento dos jovens, à distância de seus entes queridos etc. Enfim, estes jovens passam por verdadeiros tempos de prova⁶⁶ que perduram por todo o cumprimento da medida em meio fechado.

Guto, após quase um ano de cumprimento de medida socioeducativa, afirma não refletir sobre seus atos e demonstra falta de objetivos de vida congruentes com uma conduta consoante com a lei. Explicita uma tendência a prosseguir no cometimento de atos infracionais, principalmente, na atuação como traficante: “Quando eu sair daqui, eu

não quero saber de roubar não, vou voltar para minhas áreas. [...] Eu penso em mudar de vida, mas o cão atenta, porque toda vida morre um. [...] Aí a pessoa com a mente fraca, como todo mundo é, faz besteira de novo.”⁶⁷

Ao constituírem uma “carreira” dentro das organizações criminosas, os jovens dificilmente conseguem reverter essa trajetória.⁶⁸ Considerado-se o agravante de nas medidas de internação não haver acompanhamento adequado ao egresso do sistema socioeducativo, o jovem dificilmente encontrará outro caminho que não seja o de permanecer com o mesmo estilo de vida que levava antes do ingresso na socioeducação.

Guto, aparentemente um caso esporádico ou sem representatividade, faz parte dos 15% da população brasileira jovem de 12 a 18 anos e, mais especificamente, dos 0,2 % inserido no sistema socioeducativo. Pode, à primeira vista, parecer um número pouco significativo, mas, segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo,⁶⁹ em levantamento estatístico sobre o sistema socioeducativo, esse quantitativo representa aproximadamente 40 mil adolescentes no sistema socioeducativo, sendo que 30% destes cumprem medidas socioeducativas em sistema fechado. No Nordeste, são cerca de 5.500 jovens no sistema socioeducativo, e esse número não representa o contingente de jovens envolvidos em atos infracionais, pois não engloba os já egressos do sistema, tampouco, aqueles que, apesar da prática do ato infracional, não chegaram a ser condenados ou identificados na ação.

A violência envolvendo jovens é um problema social que se alastra não apenas no Ceará, mas também em grande parte dos estados brasileiros. Fortaleza foi citada em recente matéria jornalística de grande repercussão social como a sexta capital mais violenta do mundo e a segunda do Brasil, com alto índice de homicídio, principalmente, entre jovens.⁷⁰ A sociedade clama por segurança pública e, além de as políticas

sociais básicas não cobrirem efetivamente a população necessitada, minimizando os fatores predisponentes ao envolvimento do jovem com os atos infracionais, na maioria dos casos, apresentam ações pouco articuladas, decididas verticalmente no âmbito do poder.⁷¹ E, diante da ineficiência do Estado, ganha ênfase o debate acerca da redução da menoridade penal, mas pouco se discutem alterações profundas no “fracassado” sistema de atendimento socioeducativo ou na intervenção nos fatores que predispoem ao ingresso na prática de atos infracionais.

Pensar a ampliação de políticas para os jovens implica situá-los no centro das decisões, valorizar a educação com escolas públicas de qualidade em tempo integral e profissionalizantes,⁷² fortalecer a comunidade por meio do empoderamento e acesso aos bens essenciais à vida cidadã digna, prover lazer, acompanhar a formação cultural e fornecer condições mais igualitárias de ascensão socioeconômica. Investir em reclusão é mais custoso e menos eficaz; o foco é proporcionar um desenvolvimento congruente com a convivência social harmônica e saudável em vez de “tratar” o conflito.

Com efeito, cabe questionar a existência das instituições destinadas a reter indivíduos em privação de liberdade, pois elas exigem muitos recursos financeiros, oriundos dos impostos pagos pela população, e não cumprem nenhum de seus objetivos, quais sejam: ser justa e igualitária; combater a violência e a ilegalidade; e ressocializar o infrator, evitando a reincidência. A educação e o acompanhamento dos jovens envolvidos em atos infracionais permanecem em segundo plano, e a repressão e a punição continuam como fundamentos ao combate à conflitualidade com a lei, mostrando-se obsoletos.⁷³ Evidencia-se no Brasil o fato de que essa questão não é situada numa perspectiva de Estado de direito, mas centrado no autoritarismo, clientelismo, repressão e concessões limitadas pessoais e arbitrárias, visando, principalmente, à manutenção da ordem pelo disciplinamento.⁷⁴

O caráter disciplinar, repressivo e punitivo, contudo, permanece latente e o sistema de internamento, ao mostrar altos índices de reincidência dos egressos, demonstra ineficiência.⁷⁵ Isto implica a necessidade de articular a política de aplicação das medidas socioeducativas às demais políticas públicas preventivas do ingresso à prática de atos infracionais.⁷⁶

O caso de Guto permite compreender que agir no contexto social, acompanhando e cuidando das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade – econômica, familiar e educacional – configura-se uma maneira de minimizar os fatores predisponentes ao ato infracional dos jovens. A implementação de programas educativos e preventivos de qualidade para jovens, dentro e fora dos centros socioeducativos, torna-se uma necessidade urgente, porque, por meio desses, se aumenta a probabilidade de o público que cumpre medida socioeducativa por atos infracionais de continuar com as mesmas condutas indesejadas socialmente.⁷⁷

Da maneira como a ressocialização estava sendo tratada no caso de Guto, que não diferia em excesso dos demais, não é possível desenvolver o hábito de se colocar no lugar do outro, para pensar nos sentimentos do próximo, bem como não se ensejam situações concretas para desenvolver um debate acerca de cada ação, avaliando benefícios e malefícios e analisando sua viabilidade.

Últimas considerações

Esta pesquisa foi perspectivada com a finalidade de biografar um jovem em conflito com a lei, que cumpria medida socioeducativa de internação, com vistas a compreender o contexto social e as nuances que motivaram a conduta discrepante às normas legalmente instituídas.

Com amparo teórico na Nova História, a metodologia da história oral biográfica permitiu trazer à tona as memórias e

narrativas orais de Guto, captando silêncios, emoções e contradições que originaram uma fonte oral de inigualável originalidade. Sem o intuito de encontrar verdades inquestionáveis, por intermédio de entrevistas livres, em uma relação dialógica, a conversão da fonte oral em escrita possibilitou analisar com maior critério a vida de Guto, desde a mais terna infância até sua idade atual de 17 anos. A análise do discurso de Guto desvelou histórias pertinentes obscurecidas por questões socioculturais de menosprezo às minorias.

A vida de Guto foi marcada pela pobreza e restrição de acesso à garantia de direitos básicos, como alimentação, moradia e educação de qualidade. Sem frequentar uma instituição regular de educação, ocioso e longe do olhar atento da mãe, que se via obrigada a lavar roupa para fora para complementar o sustento da família, Guto passava o dia brincando pela rua de sua humilde residência e coletando material reciclável para conseguir alguns trocados. Com apenas 11 anos, foi aliciado para ingressar no tráfico de drogas e, estimulado por colegas do bairro, mesmo contra a vontade de sua mãe, constatava na função de “aviãozinho” a possibilidade de ganhar dinheiro mais facilmente do que com a atividade de catar latinha, que lhe era de costume. Os laços de confiança entre seus parceiros se fortaleceram e, em menos de dois anos, Guto já fazia parte da gangue do Gueto, constituída por traficantes. Diversos acontecimentos motivaram uma conduta deveras contraditória às normas socialmente instituídas. Dois roubos e inúmeros homicídios foram realizados, sem despertar arrependimento, até sua internação no CEPA. E, mesmo privado de liberdade há quase um ano, sentindo em demasia a falta do convívio com sua família – mãe, irmãos, filho e amigos, Guto não descarta a possibilidade de retornar ao mesmo local de moradia e permanecer no tráfico.

A modo de remate, constatou-se que há inúmeras facetas imbricadas na dinâmica história de vida do Guto e na complexa experiência

de internação que apontam para perpetuar a exclusão social. O processo socioeducativo de internação, caracterizado na prática pelo encarceramento, não desenvolve uma sociabilidade mais compatível com a cidadania democrática e reforça a marginalização, na medida em que fragiliza as relações interpessoais, produz sentimentos de revolta e insatisfação, fomenta o egocentrismo e não propicia acompanhamento e apoio ao egresso, consolidando condições reais de mudança de comportamento.

Configurando-se, na percepção do jovem, uma perda de tempo e uma intervenção sem sentido, a medida socioeducativa de internação não soluciona a crescente infração juvenil. Apesar de uma biografia não conceder esgotar a temática ou empreender generalizações, permitiu uma análise que possibilitou problematizar questões de vulnerabilidade social que indicaram a falência do sistema socioeducativo por não intervir nos fatores predisponentes à infração, na educação de qualidade do interno e nas questões socioculturais e econômicas que perpassam o contexto do egresso.

Ensejando ouvir o “excluído”, este estudo se propôs muito mais levantar hipóteses do que oferecer respostas, porquanto, a prática de atos infracionais entre jovens brasileiros ainda é um campo à espera da investigação científica e de visibilidade dos organismos sociais. Esta biografia, de tal modo, pode ser incipiente para corroborar as alterações no tratamento legal, social e político destinado aos jovens em conflito com a lei, mas, certamente, é um estudo que, ao penetrar as entranhas da vida individual e social do sujeito, inquieta e lança luz a uma problemática relegada a planos inferiores de importância nos debates políticos.

Notas

* Pós-doutora e Professora da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br.

** Pós-Doutor e Professor na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: charliltonlara@yahoo.com.br.

*** Doutor e Professor na Universidade Estadual do Ceará. E-mail: albiosaes@gmail.com.

¹ Medida socioeducativa é uma determinação legal imposta pelo juiz da infância e da juventude ao adolescente que comprovadamente comete um ato infracional, visando a ressocializá-lo por sua conduta antissocial.

² A medida socioeducativa de internação é a mais severa dentre as seis existentes - advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, regime de semiliberdade e internação - consiste na privação de liberdade e no controle de ir e vir do adolescente, vinculando-o a um estabelecimento especializado, próprio para essa finalidade, e exclusivo para adolescentes, observando os critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Não comporta prazo determinado, mas deve ser aplicada em um período mínimo de seis meses e máximo de três anos, podendo ser reavaliada a cada seis meses mediante decisão fundamentada. É norteadada por três princípios básicos – o da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

³ Segundo o art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se ato infracional a conduta que para o maior é descrita como crime ou contravenção penal. O ato contrário à lei praticado por jovens de 12 a 18 anos incompletos é considerado ato infracional.

⁴ ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência & Saúde coletiva**, vol. 10, n° 1, jan/mar. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-8123200500010014&script=sci_arttext. Acesso: 28/10/2010.

⁵ ROCHA, R. de M.; SILVA, J. C. da. Cultura juvenil, violência e consumo: representações midiáticas e representações de si em contextos extremos. In: BORELLI, S. (Coord.). **Culturas juvenis no século XXI**. São Paulo: EDUC, 2008.

⁶ ASSIS, S. G.; SOUSA, E. R. de. Criando Caim e Abel – Pensando a prevenção da infração juvenil. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 4, n° 1, 1999. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000153&pid=S1413-8123200900020002400019&lng=en. Acesso: 10/10/2010.

⁷ MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 9-51. [6ª Ed.]

⁸ DELORY-MOMBERGER, C. **Biografia e educação: figuras do indivíduo projeto**. Trad. Maria da Conceição Pesseggi, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal: EDUFERN, 2008.

⁹ MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

-
- ¹⁰ THOMPSON, P. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ¹¹ FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. [8ª Ed.]
- ¹² MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 39.
- ¹³ FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. [3ª Ed.]
- ¹⁴ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- ¹⁵ BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986. [5ª Ed.]. FOUCAULT, M. op.cit.
- ¹⁶ MACHADO, C. et al. **O barão e o prisioneiro: biografia e história de vida em debate**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- ¹⁷ DELGADO, L. A. M. **História oral: memória, tempo e identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. [2ª Ed.]
- ¹⁸ SILVA, V. L. G. Dar a palavra a... tomar a palavra de... In: SOUZA, E. C. de (Coord.). **(Auto)biografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino**. Porto Alegre: EDUNEB, 2006.
- ¹⁹ LEME, J. A. G. A cela de aula: tirando a pena com letras uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios. In: ONOFRE, E. M. C. (Coord.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.
- ²⁰ NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- ²¹ NJAINE, K.; MINAYO, M. C. de S. C. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 7, nº 2, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232002000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 10/10/2010.
- ²² DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **O que é Filosofia?** Rio de Janeiro: Edições 34, 1992, p. 262.
- ²³ SPOSITO, M. P. (Coord.). **Estado do conhecimento: juventude e escolarização**. São Paulo: Ação Educativa/INEP, 2000.
- ²⁴ VITIELLO, N. **Reprodução e Sexualidade**. São Paulo: CEICH, 1994.
- BOCK, A. M. B. Discutindo A Concepção De Adolescência. **RE-Criação**, 1998.
- CANETTI, A. L.; MAHEIRIE, K. Juventudes e violências: implicações éticas e políticas. **Factal - Revista de Psicologia**, vol. 22, nº 3, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922010000900009. Acesso: 10/10/2010.
- ²⁵ DARYELL, J. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, vol. 28, nº 100, out. 2007. pp. 1105-1128.
- ²⁶ LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003. [5ª Ed.]
- ²⁷ FIALHO, L. M. F. **A experiência socioeducativa de internação na vida de jovens em conflito com a lei**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, tese de doutorado, 2012, p. 86.

-
- ²⁸ EIZIRIK, M; BERGMANN, D. S. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: Um relato de caso. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, vol. 26, nº 3, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81082004000300010&script=sci_arttext. Acesso: 10/10/2010.
- ²⁹ SILVA, M. et al. Adversidade familiar e problemas comportamentais entre adolescentes infratores e não infratores. **Psicologia em Estudo**, vol. 13, nº 4, out/dez. 2008.
- ³⁰ SILVA, P; ROSSETTI-FERREIRA, C. Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da Literatura na Psicologia do Desenvolvimento. **Psicologia Reflexão e Crítica**, vol. 18, 2002. pp. 55-61.
- ³¹ MINAYO M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **Rev. C S Col.**, vol. 4, nº 3, 1998, pp. 513-531.
- ³² PRIULI, R. M. A; MORAES, M. S. Adolescentes em conflito com a lei. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 12, nº 5, set/out. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000500015&script=sci_arttext. Acesso: 10/10/2010.
- ³³ PACHECO, J. T. B; HUTZ, C. S. Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. **Psicologia: teoria e pesquisa**, vol. 25, nº 2, abr/jun. 2009. pp. 213-219. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a09v25n2.pdf>. Acesso: 10/10/2010.
- ³⁴ BRANCO, B. M; WAGNER, A. Os adolescentes infratores e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 14, nº 2, mar/abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000200024&script=sci_arttext. Acesso em: 10/10/2011.
- ³⁵ NJAINE, K.; MINAYO, M. C. de S., op. cit.
- ³⁶ LORIGA, S. **O pequeno x: da biografia à história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- ³⁷ Aviãozinho é um termo utilizado na linguagem coloquial para fazer referência à pessoa que faz a entrega da droga ao comprador. Geralmente, o tráfico utiliza crianças para realizar esse transporte, porque ela é inimputável penalmente e se satisfaz com baixos pagamentos. Também é conveniente pelo fato de que o traficante maior de idade não corre o risco de ser pegado com a substância ilegal.
- ³⁸ Guto. Entrevista realizada pelos autores. Pesquisa realizada entre 2013-2014.
- ³⁹ DIÓGENES, G. **Cartografia da cultura e violência: ganges, galera e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 2008. [2ª Ed.]
- ⁴⁰ CERTEAU, M. **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982.
- ⁴¹ MONTENEGRO, A. T., op.cit.
- ⁴² SCHOEMAKER, D. J. **Theories of delinquency. An Examination of explanations of delinquency Behavior**. New York: Oxford University Press, 1996.

-
- ⁴³ ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P., op.cit.
- ⁴⁴ GUILLÉN, R. R; NASCIMENTO, L. C. Consumo de drogas em los jóvenes de La ciudad de Guayaquil, Ecuador. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, vol. 18, número especial, maio/jun. 2010.
- ⁴⁵ EIZIRIK, M; BERGMANN, D. S., op.cit.
- ⁴⁶ CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 47. [2ª Ed.]
- ⁴⁷ DIÓGENES, G., op.cit, p. 105.
- ⁴⁸ Nesse caso, o construto território se refere a uma área, porção do espaço terrestre, delimitada pela posse de um grupo organizado, ou seja, dominado pela gangue.
- ⁴⁹ GUTO, op.cit.
- ⁵⁰ Idem, ibidem.
- ⁵¹ Brasil. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências**. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 1990.
- ⁵² CANO, I. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização *versus* a guerra contra o crime. **Sur, Rev. int. direitos human.**, vol. 3, n 5, dez. 2006. p.1. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452006000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 20/01/2014.
- ⁵³ GUTO, op.cit.
- ⁵⁴ MANSO, A; ALMEIDA, A. T. Um discurso a duas vozes: potencialidades de um estudo interpretativo sobre lei e institucionalização. **Psicologia: reflexão e crítica**, vol. 22, nº 3, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722009000300017&script=sci_arttext. Acesso: 10/10/2010.
- ⁵⁵ BAKER, C. A. **Microanalysis of the Nonmanual Components of Questions in American Sign Language**. Doctoral Dissertation. University of California, Berkeley, 1983.
- ⁵⁶ CHARTIER, R., op.cit., p. 24.
- ⁵⁷ Assistente Social. Entrevista realizada pelos autores. Pesquisa realizada entre 2013-2014.
- ⁵⁸ Instrutor. Entrevista realizada pelos autores. Pesquisa realizada entre 2013-2014.
- ⁵⁹ Casal é assassinado a tiros em parada de ônibus na Praia de Iracema. **O Povo Online**, Fortaleza, 04/06/2012. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/06/04/noticiafortaleza,2852288/casal-e-assassinado-a-tiros-em-parada-de-onibus-na-praia-de-iracema.shtml>. Acesso: 17/01/2014.
- ⁶⁰ LABVIDA (Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará); COVIO (Laboratório de Estudos da Conflitualidade da Universidade Estadual do Ceará; LEV (Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará). **Mapa da criminalidade e da violência em Fortaleza: perfil da SER I**. Cartilha da Regional I. Ceará: EdUECE, 2011.

⁶¹ IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará). Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Planejamento e gestão. **INFORME 66: Caracterização Espacial dos Homicídios Dolosos em Fortaleza**, 2013. p. 8.

⁶² Grupo invade velório e queima defunto na Barra do Ceará. **CNEWS Online**, Fortaleza, 24/02/2013. Disponível em: <http://www.cnews.com.br/cnews/noticias/30071/grupo_invade_velorio_e_q ueima_defunto_na_barra_do_ceara>. Acesso: 17/01/2014.

⁶³ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2009. [37ª Ed.]

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ FIALHO, L. M. F., op.cit.

⁶⁶ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁶⁷ GUTO, op.cit.

⁶⁸ PEREIRA, S. E. F. N; SUDBRACK, M. F. O. Drogadição e atos infracionais na voz de adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia: teoria e pesquisa**, vol. 24, nº 2, abr./jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722008000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10/10/2010.

⁶⁹ SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

⁷⁰ Três cidades brasileiras estão entre as dez mais violentas do planeta. **Fantástico**. 23/03/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/03/tres-cidades-brasileiras-estao-entre-dez-mais-violentas-do-planeta.html>. Acesso: 24/03/2014.

⁷¹ FIALHO, L. M. F. op.cit.

⁷² IMPECE, 2013.

⁷³ LARA, M. R. Jovens urbanos e o consume das grifes. In: BORELLI, S. H. S; FILHO, J. F (Org.). **Culturas juvenis no século XXI**. São Paulo: EDUC, 2008.

⁷⁴ FALEIRO, E. T. S. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: RIZZINI, I; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. [2ª Ed.]

⁷⁵ OLIVEIRA, M. B; ASSIS, S. G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 15, nº 4, oct/dec. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1999000400017. Acesso: 10/10/2010. FLECK, E. C. D et al. Da agressão à assistência, da infração à correção: menoridade e violência urbana (Porto Alegre, 1890-1920). **Sociedade e Estado**, vol. 20, nº 1, jan./apr. 2005. pp. 163-194. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v20n1/v20n1a08.pdf>. Acesso: 10/10/2012.

⁷⁶ RODRIGUES, R. M. Fundamentos e Falácias das Ações Afirmativas. **Revista Latino-Americana de Direito Constitucional**, nº 11, ano 9, nov. 2010, pp. 318-357.

⁷⁷ SANABRIA, A. M; RODRÍGUEZ, A. F. U. Conductas antisociales y delectivas em adolescentes infractores y no infractores. **Pensamiento Psicológico**, vol. 6, n° 13, 2009, pp. 203-218.

Data de envio: 19/08/2014

Data de aceite: 07/09/2014